

AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº ALT20-14-2019-47

**Prioridade Investimento: Investimentos na conservação, proteção,
promoção e desenvolvimento do património cultural e natural**

PROTEÇÃO CONTRA RISCOS DE INCÊNDIOS

**DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DOS
RECURSOS**

ALENTEJO

2020

**PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO ALENTEJO**

Histórico de Versões

Versão	Data	Descrição	Destinatários
V.1.0	31-07-2019	Abertura do Aviso	Internos e externos
V.1.1	12-09-2019	1ª Alteração do Aviso	Internos e externos
V.1.1	30-10-2019	2ª Alteração do Aviso	Internos e externos

Sumário de alterações

Versão	Registo de alterações
V.1.1	Alterada a alínea d) do Ponto 13 do Aviso. A data de apresentação de candidaturas foi prorrogada para 31 de outubro de 2019.
V.1.2	Alterada a alínea d) do Ponto 13 do Aviso. A data de apresentação de candidaturas foi prorrogada para 06 de dezembro de 2019.

Programa Operacional Regional do Alentejo		
Eixo Prioritário	8	Ambiente e Sustentabilidade
Prioridade de Investimento	6.3	6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural
Objetivo Específico		O objeto deste AAC consiste na promoção da conservação e proteção dos ativos patrimoniais, enquanto instrumento de valorização dos fatores identitários associados à competitividade dos territórios, designadamente através do reforço da sua segurança.
Indicador de Realização	Infraestruturas de proteção civil municipais apoiadas (n.º.)	
	Equipamentos adquiridos com vista à proteção e socorro das populações (n.º.)	
	Campanhas de comunicação, informação, sensibilização e divulgação realizadas (n.º.)	
	Produtos de comunicação, informação, divulgação e sensibilização (n.º.)	
Indicadores de Resultado	Grau de adesão do público-alvo das campanhas/Ações de comunicação, informação, sensibilização e divulgação realizadas (%)	
	Área de cobertura de zonas de elevada perigosidade (ha)	
	Área de cobertura de património natural (ha)	
Fundo Estrutural	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	
Tipologia de Intervenção	14	Património natural e cultural
Tipologia de Operação	783 – Proteção contra riscos de incêndios	
Período de Candidaturas	Data de abertura	Dia útil após a publicação do aviso
	Data de termo	15 setembro 2019 Prorrogado para 06 dezembro 2019

Aviso de Concurso para apresentação de Candidaturas

AVISO Nº ALT20-14-2019-47

Proteção contra Riscos de Incêndios

Tendo em vista os compromissos assumidos por Portugal ao nível europeu, em matéria de património natural e cultural, para o período 2014-2020, é pretensão do Programa Alentejo 2020 contribuir para o reforço da segurança dos territórios, por via de ações destinadas à sensibilização e dotação de equipamento destinados à proteção e socorro das populações.

Nos termos do Regulamento Específico no Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos – Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pelas Portaria nº. 404-A/2015, de 18 novembro, Portaria n.º.238/2016, de 31 agosto, Declaração de Retificação n.º17/2016, de 26 setembro, Portaria n.º124/2017, de 27 março, Portaria n.º260/2017, de 23 agosto, Portaria n.º. 325/2017, de 27 outubro e pela Portaria n.º.332/2018, de 24 dezembro, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujos termos são divulgados através do Portal Portugal 2020 (www.Portugal2020.pt).

O presente Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC), por concurso, foi elaborado nos termos do previsto nos n.º 6 e 7 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º215/2015, de 6 de outubro e as candidaturas regem-se pela Secção 17 do Capítulo II da Portaria nº.57-B/2015, de 27 fevereiro, na sua atual redação e pelas condicionantes previstas na Prioridade de Investimento 6.3 do Eixo 8 do Programa Operacional da Região Alentejo

1. Objeto, objetivos e prioridades visadas

O objeto deste Aviso de Concurso (AAC) consiste em conceder apoios financeiros aos investimentos que visem promover a conservação e proteção dos ativos patrimoniais, enquanto instrumento de valorização dos fatores identitários associados à competitividade dos territórios, designadamente através do reforço da sua segurança.

Pretende-se aumentar a resiliência da Região e a sua capacitação, tornando-a num destino turístico de excelência, com vista à diminuição de assimetrias e ao reforço da coesão territorial, por via da resolução de fragilidades ao nível dos riscos de perda dos recursos e património do território, de forte carácter identitário, bem como na salvaguarda das suas populações

2. Tipologia das operações

Nos termos do disposto no artigo 114º do RE Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (RE SEUR), são passíveis de financiamento as operações que contemplem projetos das tipologias abrangidas na alínea d) Proteção contra riscos de incêndios:

Ações locais e regionais de proteção contra riscos de incêndios, complementares aos apoios no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), designadamente os investimentos ou equipamentos destinados à proteção e socorro das populações e para alojamento e abastecimento de desalojados em situações de catástrofe e a realização de campanhas de informação e sensibilização, nomeadamente as seguintes tipologias de investimentos, definidos no Anexo I ao presente Aviso Concurso:

- a) Centros municipais de proteção civil;
- b) Equipamentos destinados à proteção de aglomerados populacionais;
- c) Campanhas de prevenção e sensibilização.

3. Natureza dos beneficiários

De acordo com o disposto no Artigo 115º do RE SEUR, os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de concurso são os seguintes:

Tipologia de operações previstas na alínea a) - Câmaras Municipais;

Tipologia de operações previstas nas alíneas b) e c) - Comunidades Intermunicipais;

4. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

b) Nos termos do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os beneficiários identificados no número anterior devem assegurar o cumprimento dos seguintes critérios de elegibilidade:

- i) estarem legalmente constituídos;
- ii) terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
- iii) poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- iv) possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- v) terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- vi) apresentarem uma situação económico – financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;
- vii) não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

Aplicam-se ainda os critérios de elegibilidade dos beneficiários previstos no artigo 6.º do RE SEUR:

- i) O beneficiário deverá declarar que não têm salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do termo de aceitação caso a candidatura seja aprovada.

5. Área geográfica

O presente AAC tem aplicação na NUTS II Alentejo.

6. Critérios de elegibilidade das Operações

Constituem critérios de elegibilidade das operações, de acordo com os artigos 5º e 116º do RE SEUR:

Artigo 5º RE SEUR:

- a) respeitem as tipologias de operações previstas no presente regulamento;
- b) visem a prossecução dos objetivos específicos previstos no presente regulamento;
- c) estejam em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável;

- d) demonstrem grau de maturidade mínimo dos investimentos a candidatar, de acordo com o estipulado na deliberação da CIC n.º 20/2016, de 2 de novembro de 2016, comprovado pela apresentação do anteprojecto de execução, em substituição do projecto técnico de execução (arquitetura e especialidades), desde que respeitem a condição de o lançamento do concurso para a empreitada ser feito até 60 dias após a contratação do apoio do Portugal 2020;
- e) justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- f) Disponham dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos (as candidaturas carecem de parecer prévio da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil);
- g) apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
- h) incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- i) demonstrem a sustentabilidade da operação após realização do investimento;
- k) no caso dos projetos geradores de receitas, demonstrem o cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- l) apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Reg. (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;
- m) cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes;
- o) Evidenciem o cumprimento das disposições em matérias de auxílios de estado, se aplicável

Artigo 116º RE SEUR:

- a) tenham enquadramento nas tipologias de operações indicada no ponto 2 do presente AAC.º;
- b) demonstrem o enquadramento em programa ou plano territorial ou noutro documento estratégico de enquadramento ambiental ou da área do turismo de carácter setorial ou regional;
- c) cumpram as normas técnicas que se aplicam às operações;
- d) disponham de pareceres técnicos favoráveis emitidos pelos organismos setoriais competentes sobre o projecto ou anteprojecto técnico de engenharia/arquitetura (as candidaturas carecem de parecer prévio da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil);
- e) demonstrem sustentabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade;

3. São ainda critérios de elegibilidade das operações, no âmbito do presente AAC:

- a) Sejam objeto de uma caracterização técnica e de um orçamento suficientemente detalhados e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados, e que incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o grau de execução da operação e os progressos realizados;
- b) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação;
- c) Possuírem a totalidade dos documentos constantes no Anexo II;
- d) Demonstrar grau de maturidade mínimo, dos investimentos a candidatar, tendo por referência a componente principal do investimento, de acordo com a Deliberação nº.20/2016 da CIC, de 2 novembro de 2016:
 - i) No caso de infraestruturas, comprovado pela apresentação do anteprojeto de execução, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento concursal, no prazo máximo de 60 dias após a contratação do apoio do Portugal 2020, nos termos da Deliberação da CIC n.º 20/2016, de 2 de novembro de 2016, quando o promotor seja uma entidade da administração local;
 - ii) Nos restantes casos, comprovado pela apresentação de evidência de aprovação dos respetivos requisitos técnicos, termos de referência, calendário de realização e orçamento;

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

7.1 Despesas elegíveis

No âmbito do presente AAC, são elegíveis as despesas resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação que respeitem a regulamentação comunitária aplicável, artigo 115º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 outubro, na sua atual redação e os artigos 7º e 117º do RE SEUR.

Devem ainda observar o seguinte:

- a. No presente AAC são elegíveis a cofinanciamento as despesas incorridas pelos beneficiários desde 01/01/2014, conferidas pelas datas das respetivas faturas ou dos documentos de valor probatório equivalente;
- b. As operações não podem ser selecionadas, para apoio dos FEEI, quando tenham sido materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação do pedido de

financiamento ao abrigo do programa, pelo beneficiário, à autoridade de gestão, independentemente de todos os pagamentos correspondentes terem sido efetuados pelo beneficiário (artigo 65º do Regulamento (UE) nº. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro);

- c. Para além da avaliação que, em cada caso, a autoridade e Gestão venha a efetuar sobre o correto enquadramento das despesas elegíveis nas diversas componentes das operações, na apreciação dessas despesas será ainda considerada a análise da oportunidade, razoabilidade e adequação dos custos envolvidos em relação aos resultados esperados.

7.2 Despesas não elegíveis

No âmbito do presente AAC, para além das despesas não elegíveis previstas no artigo 15º do Decreto-Lei nº. 159/2014, de 27 setembro, na sua atual redação, são ainda não elegíveis, as despesas relativas:

- a) Funcionamento, manutenção ou reparação;
- b) Intervenções de modernização ou reconversão de equipamentos financiados nos últimos 10 anos;
- c) Trabalhos não previstos no(s) contratos.

8. Critérios de seleção de candidaturas

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das candidaturas é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula e para cada tipologia de operações previstas no nº. 2 do presente AAC:

$$MO = 0,40 \times A + 0,10 \times B + 0,10 \times C + 0,40 \times D$$

em que:

- A = Eficiência e Sustentabilidade;
- B = Adequação à Estratégia;
- C = Abordagem Integrada;
- D = Eficácia;

Conjuntamente com o presente AAC é disponibilizado o Referencial de Análise do Mérito da Operação (Anexo III e Anexo III i).

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação 1.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00, até ao limite orçamental definido no ponto 16 deste Aviso.

Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, realizada de acordo com a metodologia exposta anteriormente, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da seriação das candidaturas avaliadas na mesma fase de decisão, por ordem decrescente em função do mérito da operação, selecionadas até ao limite orçamental definido no aviso para apresentação de candidaturas.

Para efeitos de desempate entre candidaturas será utilizada a pontuação atribuída aos seguintes critérios e pela seguinte ordem:

1º Eficácia;

2º Eficiência e Sustentabilidade;

3º Adequação à Estratégia;

4º Abordagem Integrada.

A pontuação final atribuída à candidatura, de acordo com os critérios de seleção indicados, poderá ser majorada se o investimento que lhe estiver associado se localizar maioritariamente (>50%) em território de elevada perigosidade de incêndio, sendo-lhe nesse caso aplicado um coeficiente de majoração de 15%.

9. Limite de candidaturas

Apenas poderá ser apresentada uma candidatura por entidade beneficiária.

10. Taxa de financiamento das despesas elegíveis

A taxa máxima de financiamento das despesas elegíveis é de 85 %, de acordo com o previsto no artigo 8º. do RE SEUR.

11. Forma de apoio

Os apoios a conceder no âmbito deste AAC revestem a forma não reembolsável nos termos do artigo 118º do RE SEUR.

12. Duração das operações

O prazo máximo de conclusão da operação é de 24 meses (vinte e quatro), contados a partir da data de assinatura do Termo de aceitação.

13. Apresentação das candidaturas

a) A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (www.portugal2020.pt/Balcao2020), de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº137/204, de 27 outubro e nos termos e condições fixadas no presente AAC.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Na submissão da candidatura a entidade beneficiária deverá selecionar o formulário correspondente ao AAC a que pretende concorrer. O formulário de candidatura deverá ser preenchido de acordo com o “Manual de Submissão de Candidaturas” do Balcão 2020;

b) os documentos exigidos devem ser submetidos como anexo ao formulário de candidatura, não sendo como tal aceite a sua apresentação por qualquer outra via. Os documentos assinalados como

“obrigatórios” são condição *sine qua non* de elegibilidade/admissibilidade, não podendo ser supridos posteriormente por via da apresentação de elementos adicionais.

d) ao abrigo deste AAC, o prazo para a apresentação de candidaturas decorre entre o **dia útil após a publicação do presente aviso de concurso e o dia 06 de dezembro de 2019 (18 horas)**.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

14. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade e os critérios de seleção previstos no presente AAC.

A apreciação e decisão das candidaturas compete à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020 que, para o efeito, poderá promover a articulação com as entidades cuja intervenção se revele necessária e/ou conveniente para a obtenção de apoio e/ou à emissão de pareceres técnicos especializados.

Cabe à Autoridade de Gestão do PO Alentejo 2020, a tomada de decisão sobre a candidatura de acordo com o seguinte plano para apresentação de candidaturas, respetiva análise e comunicação da decisão aos beneficiários.

O prazo de decisão, de 60 dias úteis, após o encerramento do presente aviso de concurso, suspende-se quando sejam solicitados ao candidato quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. A não apresentação pelo candidato, no prazo de 10 dias úteis, dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, significará a desistência da candidatura.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de audiência prévia, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações em contrário, são reapreciadas sendo proferida a respetiva decisão final no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da apresentação da alegação (a referida reapreciação inclui análise, decisão e nova audiência prévia, se aplicável).

Os projetos não apoiados que, em resultado deste processo de reapreciação venham a obter um MO que teria permitido a sua inclusão no conjunto dos projetos selecionados, serão considerados selecionados e apoiados no âmbito do presente concurso.

A decisão é notificada pela AG ao beneficiário no prazo de 5 dias úteis, a contar da data da sua emissão

15. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a assinatura do termo de aceitação a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do n.º.1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, cada termo de aceitação deverá ser submetido no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da respetiva notificação da decisão.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação do Fundo FEDER a atribuir à totalidade das operações a selecionar no âmbito do presente AAC é **2.000.000,00€ (dois milhões euros)**.

17. Identificação dos indicadores de resultados e de realização a alcançar

A entidade beneficiária deverá identificar na candidatura, para efeitos de coerência dos resultados propostos, o valor base de referência do indicador, quando aplicável, a metodologia de cálculo, bem como o valor da meta que se propõe atingir:

Indicadores de realização:

- Infraestruturas de proteção civil municipais apoiadas (n.º.);
- Equipamentos adquiridos com vista à proteção e socorro das populações (n.º.);
- Campanhas de comunicação, informação, sensibilização e divulgação realizadas (n.º.);
- Produtos de comunicação, informação, divulgação e sensibilização (n.º.)

Indicadores de resultados:

- Grau de adesão do público-alvo das Campanhas/Ações de comunicação, informação, sensibilização e divulgação (%);
- Área de cobertura de zonas de elevada perigosidade (ha);
- Área de cobertura de património natural (ha)

18. Redução ou revogação

O incumprimento das obrigações do beneficiário, bem como a inexistência ou a perda de quaisquer dos requisitos de concessão do apoio, podem determinar a redução ou revogação do mesmo, nos termos do artigo 13.º do RE SEUR.

19. Documentação de referência**Legislação:**

- a. Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro;
- b. Portaria n.º. 57-B/2015, de 27 fevereiro, alterada pelas Portaria n.º. 404-A/2015, de 18 novembro, Portaria n.º.238/2016, de 31 agosto, Declaração de Retificação n.º17/2016, de 26 setembro, Portaria n.º124/2017, de 27 março, Portaria n.º260/2017, de 23 agosto, Portaria n.º. 325/2017, de 27 outubro e pela Portaria n.º.332/2018, de 24 dezembro;
- c. Regulamento (EU) n.º. 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 dezembro.

Outra documentação relevante:

- a. Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020;

20. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), os beneficiários têm acesso:

- b. As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;

- c. Aviso de Concurso e documentação anexa;
- d. Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso, através do menu “Contacte-nos”;
- e. Aos resultados deste concurso.

26 julho 2019

Roberto Pereira Grilo

Presidente da Comissão Diretiva Alentejo 2020

(em regime de substituição)

Anexos ao presente AAC:

Anexo I – Tipologia de operações – caraterização dos investimentos apoiados

Anexo II – Listagem documentação a submeter

Anexo III – Referencial de Análise de Mérito da Operação:

Anexo III.i) Critérios de seleção

Anexo I – Tipologias de operações - caracterização dos investimentos apoiados

A. Centros Municipais de Proteção Civil

Os Centros Municipais de Proteção Civil constituirão a base que alicerçará toda a estrutura local. Devem funcionar em espaço físico (que não os quartéis de bombeiros/outras forças de segurança) e ter recursos tecnológicos para albergar e apoiar a Comissão Municipal de Proteção Civil nas suas competências de coordenação institucional quer na vertente política, assim como na coordenação operacional, estando igualmente preparados para servir as funções de uma organização diferenciada em situação de acidente grave ou catástrofe, por via da ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Estes centros devem também ter capacidade de dar respostas imediata de emergência para sustentação logística de desalojados bem como dos dispositivos de resposta operacional ativados.

Este tipo de centros permite potenciar recursos, evitar duplicação de estruturas e monitorizar em permanência a área do município. A monitorização do território permite informar atempadamente o Presidente da Câmara Municipal de todas as situações que possam resultar num problema de proteção civil.

Tal como os serviços municipais de proteção civil, os Centros Municipais de Proteção Civil têm uma estrutura variável de acordo com as características da população e os riscos existentes no município, e permitirão rentabilizar o conhecimento e serviços do território tornando a resposta mais profícua e completa, bem como incrementar a qualidade de ações de prevenção e identificação do risco.

Desta forma é garantido:

- A operatividade e articulação de todos os serviços existentes nas diversas ações de proteção civil, onde esta participação possa ser útil;
- A coordenação dos meios municipais bem como avaliação de riscos e vulnerabilidades;
- Sensibilização e informação pública mais refinada e direcionada (de acordo com as vulnerabilidades identificadas);
- Apoio técnico abrangente ao executivo municipal;
- Elaboração planos e diretrizes municipais para os riscos do seu território;
- Inventariação de equipamentos, dados, contactos e informações uteis à atividade de proteção civil, quer resposta, quer prevenção, quer incremento da resiliência quer apoio às operações;
- Garantida a resposta imediata emergente para suporte a desalojados decorrentes de acidente grave ou catástrofe

Este tipo de estrutura é indubitavelmente complementar ao investimento realizado até ao momento presente e constitui uma peça fulcral no patamar base do sistema nacional de proteção civil e tem como beneficiários os Municípios.

As atuais estruturas distritais e futuras sub-regionais, articular-se-ão com estas estruturas quer em situação de resposta operacional, quer na monitorização do risco, atividades de prevenção, entre outras.

Além do explanado, estas estruturas são utilizadas em situações de acidente grave e catástrofe onde implique apoio supramunicipal.

No âmbito desta tipologia apenas podem ser apoiados equipamentos já existentes que necessitem de ser remodelados, reabilitados ou expandidos de forma a garantir capacidade de operação eficaz dos meios operacionais disponíveis, tais como meios aéreos em emergência médica, combate a incêndios ou outros fins de proteção civil, não abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 55/2010, de 31 de maio, ou outros.

B. Equipamentos destinados à Proteção de Aglomerados Populacionais

Na senda da proteção contra incêndios rurais, seguindo a linha da importância da política local de proteção civil, assume especial pertinência a dotação de equipamentos destinados à proteção de aglomerados populacionais. Estes equipamentos podem ter diversos destinos e fins, sendo que todos contribuem para a proteção dos aglomerados e consequente socorro das pessoas.

Existem diversos equipamentos que convergem para a segurança e socorro de pessoas e bens:

B.1. Sirenes:

Destinadas a emitir um sinal sonoro de grande potência a uma grande distância, sendo a sua utilização para aviso à população da ocorrência de situações de catástrofe ou emergência. Apesar da multiplicidade de canais possíveis que podem ser usados no âmbito dos avisos e alertas às populações, as sirenes são consensualmente vistas como um dos canais mais rápidos, inequívocos e com capacidade para ser compreendido por cidadãos de diferentes faixas etárias e de diferentes países.

B.2. Altifalantes:

Equipamentos tipicamente instalados em veículos, para serem ouvidos pela população mais próxima. São relevantes para avisar a população durante a noite, quando a maioria das pessoas dorme. Alguns

oficiais de segurança local utilizam para conduzir a população para determinado ponto em situação de perigo. Este canal demonstra-se muito eficaz para transmitir mensagens específicas à população em situações de risco, tais como comportamentos de autoproteção, instruções de evacuação, entre outros.

B.3. Kits de abrigo:

A fim de garantir um socorro e apoio imediato à população, devendo estar armazenados em caixas ou mochilas e devendo conter, desejavelmente, os seguintes itens:

- Reserva de água engarrafada (1 litro por pessoa) e alimentos não perecíveis (ex.: bolachas);
- Estojo de primeiros socorros;
- Um rádio – a pilhas ou a dínamo;
- Lanterna(s) – com pilhas ou baterias extra ou a dínamo;
- Artigos especiais para lactentes, idosos e pessoas com deficiência;
- Itens de higiene;
- Máscaras com filtros de partículas;
- Água e alimentos para animais de companhia;
- Apito ou outro equipamento que emita um som forte e permita sinalizar o local a terceiros, durante a noite ou em momentos de difícil visibilidade.

B.4. Pontos de água:

Perenes (tanques, depósitos, charcas ou represas, preferencialmente abastecidos de forma gravítica), ou permanentes (cursos de água).

Este tipo de equipamento revela-se de extrema importância nos locais onde existem porque garantem capacidade de água mesmo sem eletricidade. Estes pontos permitem garantir autoproteção e também abastecimento de meios de combate.

B.5. Kits de autoproteção / primeira intervenção operacionais:

Constituídos por tanques, mangueiras, agulhetas, motobombas e respetivos depósitos extra de combustível resistentes ao calor. Devem estar presentes nos locais onde existam Unidades Locais de Proteção Civil ou residentes com capacidade para constituir uma equipa de autoproteção que dinamize ações de prevenção e defesa, e possam operar os recursos disponíveis em situação de emergência.

Este tipo de kit permite constituir uma ferramenta de resposta e proteção imediata, mediante organização comunitária.

B.6. Biotrituradores e estilhaçadores:

A forma mais eficaz e eficiente para proteger aglomerados contra os incêndios rurais é garantindo a gestão de combustível e limpeza de matos nos espaços em seu redor. Para além de estes equipamentos facilitarem em muito esta tarefa, possibilitam que a destruição de sobrantes seja feita sem recurso ao uso do fogo. Tendo em consideração que as ignições fruto de causa humana negligente superam os 50% do total, estes equipamentos contribuirão para populações mais seguras.

C. Campanhas de Informação e Sensibilização

Estas campanhas são uma componente muito importante na influência para a mudança de comportamentos, principalmente no imediato. No entanto, pretende-se que as campanhas e ações de sensibilização/formação estejam adaptadas às especificidades dos locais onde serão transmitidas, e por isso se considera chave que tenham um cariz local.

A criação de Unidades Locais de Proteção Civil prevista na Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 160/2017, de 30 de outubro de 2017 são considerados polos essenciais para a difusão das mensagens de autoproteção e da promoção de ações de sensibilização/formação.

Assim, prevê-se um conjunto de ações locais de incentivo à realização da gestão de combustível junto de aglomerados populacionais, incentivando comportamentos seguros na eliminação de sobranes, bem como noções e conceitos necessários à gestão do risco de catástrofes, na componente da proteção civil.

Prevê-se como despesas associadas:

- Produção de conteúdos;
- Difusão de conteúdos;
- Ações públicas para sensibilização da população.

Anexo II – Documentação obrigatória para instrução da candidatura

- Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a. Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
 - b. Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
 - c. Calendário de realização física e financeira.
 - d. Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
 - e. Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro *excel* editável.
 - f. Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro *excel* editável.
 - g. Grau de maturidade das componentes de investimento.
 - h. Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
- Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão.
- Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável)
- Declaração do órgão competente da entidade, em como assegura não deter nem ter detido capital numa percentagem superior a 50 %, por si ou pelo seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1.º grau, bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos cônjuges, em empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de uma operação apoiada por fundos europeus

- Extrato do Plano de Atividades e Orçamento aprovados, onde conste a inscrição da operação
- Declaração de compromisso da inscrição em Plano de Atividades e Orçamento nos anos seguintes de programação da operação e do envio do respetivo extrato logo que aprovados.
- Declaração de compromisso em como o beneficiário garante a contrapartida nacional da operação (caso a entidade não esteja legalmente obrigada a elaborar documentos previsionais)
- Documento que evidencie a posse dos terrenos / imóveis abrangidos pela operação (quando aplicável)
- Pareceres / licenciamentos exigíveis de acordo com a tipologia de operação (as candidaturas carecem de parecer prévio da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil)
- Outra documentação específica decorrente do aviso;
- Comprovativo do enquadramento do beneficiário em termos de IVA;
- Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso;
- Documento de formalização da parceria / protocolo (quando aplicável)
- Declarações de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro;
- Check-List ambiental;
- Check-list Igualdade de Oportunidades e da não Discriminação;

Anexo III – Referencial de Análise de Mérito da Operação

Operações de Investimentos enquadradas nas tipologias definidas no artigo 114º do RE SEUR

Para a tipologia de intervenção, foram identificados os critérios de seleção a aplicar, em função da sua adequação ao que se pretende avaliar, cuja densificação dos subfactores se encontra em anexo:

Anexo III.) Critérios de seleção - tipologia de operações;

Anexo IIII) Densificação dos critérios de seleção

Os critérios de seleção encontram-se alinhados de acordo com os seguintes princípios gerais:

A - EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE - avalia a operação na perspetiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira);

B - ADEQUAÇÃO À ESTRATÉGIA – nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para as estratégias da política territorial (nacional, regional ou local) e sectoriais relevantes;

C - EFICÁCIA - mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe;

D - ABORDAGEM INTEGRADA – nos casos aplicáveis, avalia a operação na perspetiva do seu efeito aglutinador, quer no que respeita às complementaridades com outras ações já financiadas por instrumentos/programas nacionais ou comunitários, introduzindo um fator de escala e de ampliação de efeitos dessas ações, às parcerias com terceiros que promovam sinergias e ainda à abrangência territorial que potencie os efeitos da operação.

O mérito absoluto da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção.

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das candidaturas submetidas no âmbito do presente Aviso de Concurso é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula e para cada tipologia de operações:

$$MO = 0,40 \times A + 0,10 \times B + 0,10 \times C + 0,40 \times D$$

Que resulta da aplicação dos seguintes coeficientes, conforme anexos III e III i):

$$MO = (0,10 \times A1 + 0,30 \times A2) + (0,10 \times B) + (0,10 \times C1) + (0,10 \times D1 + 0,10 \times D2 + 0,20 \times D3)$$

em que:

A = Eficiência e Sustentabilidade;

B = Adequação à Estratégia;

C = Abordagem Integrada;

D = Eficácia;

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00.

Sempre que os elementos disponibilizados pelo beneficiário não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a pontuação 1.

Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, realizada de acordo com a metodologia exposta anteriormente, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da seriação das candidaturas avaliadas na mesma fase de decisão, por ordem decrescente em função do mérito da operação, selecionadas até ao limite orçamental definido no aviso para apresentação de candidaturas.

Para efeitos de desempate entre candidaturas será utilizada a pontuação atribuída aos seguintes critérios, de acordo com a Metodologia e critérios de seleção das candidaturas, no Domínio da

Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos, aprovada pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo 2020, em 2 junho 2015, e pela seguinte ordem:

- 1º Eficácia;
- 2º Eficiência e Sustentabilidade;
- 3º Adequação à Estratégia;
- 4º Abordagem Integrada

A pontuação final atribuída à candidatura, de acordo com os critérios de seleção indicados, poderá ser majorada se o investimento que lhe estiver associado se localizar maioritariamente (>50%) em território de elevada perigosidade de incêndio, sendo-lhe nesse caso aplicado um coeficiente de majoração de 15%.